

Nota Introdutória

Deve considerar-se um progresso notável aquele que ocorreu na filosofia moderna: a associação exclusiva das noções de *bem* e *mal* ao conceito de indivíduo agente, sem prévias considerações de ordem teológica. Simultaneamente o juízo moral passou a centrar-se no indivíduo e nas suas acções, criando assim um legado conceptual de que se alimentaram até hoje, não apenas a filosofia, mas também as ciências sociais em geral. Mas se esse notável progresso criou um plano liberto de ordens transcendentais, o tratamento do mal centrado no indivíduo racional e solitário gerou novas dificuldades. É dessas dificuldades, senão mesmo impasses, que a experiência contemporânea testemunha, que este ensaio trata. Passaram irremediavelmente as épocas, nomeadamente a chamada das Luzes, em que ainda era possível falar, sem suspeitas e inibições, da condição e da natureza humanas ou de figuras associadas como a responsabilidade individual, a imputabilidade ou a culpa. Mas sendo verdade que a ingenuidade da época moderna passou para não voltar, pelo menos com aquele optimismo e a ingenuidade próprios das Luzes, e que as ciências sociais reconfiguraram a figura do sujeito moderno durante todo o século passado, desenvolvendo um tremendo potencial de suspeita, não deixa de ser um facto que o tema do mal nunca deixou de nos assolar. O seu tratamento na filosofia contemporânea foi sobretudo desconstrutivo e talvez por isso tenha dado lugar não tanto a tratados filosóficos, mas sobretudo a obras-primas da literatura universal desde o

Crime e Castigo de Dostoievski até ao *Doutor Fausto* de Thomas Mann. Afinal o que o século xx veio acrescentar a todas essas geniais representações filosóficas e literárias, não foi propriamente outra interpretação ou tratado teórico, mas um *acontecimento*: o Holocausto ou genocídio dos judeus, planeado e executado nas circunstâncias que todos mais ou menos conhecemos. A partir desse acontecimento, em princípio totalmente imprevisível na Europa do século xx, o problema do mal instalou-se definitivamente entre nós, ou seja entre mulheres e homens que partilham a suposta superioridade das civilizações avançadas. Desta vez aquilo que irrompeu não foi mais uma representação a acrescentar a essas extraordinárias encenações literárias corporizadas por um Raskolnikov ou um Leverkühn, mas sim o mal como acontecimento vivido simultaneamente por milhões de seres humanos e não meramente ficcionado. Por isso mesmo, o que muitos tentaram foi explicar o *acontecimento*, embora a incapacidade e desinteresse da filosofia da segunda metade do século xx por esse momento maior da nossa história recente tenha sido deprimente. Deve reconhecer-se que foi muito mais do lado da história, da literatura e do cinema que surgiram a vontade e o talento para penetrar nesse enigma de um crime de tipo novo perpetrado no centro da Europa.

Na verdade, algo tão surpreendente e estranho na civilização da Europa contemporânea tinha de ter uma explicação, as suas raízes deviam poder encontrar-se algures, fosse na consciência ou no inconsciente, num estrato obscuro e até então desconhecido do ser humano ou no esvaziamento completo dos valores, de que não nos demos conta e que já Nietzsche designara como o traço mais essencial da cultura contemporânea, o niilismo. Seja como for, para esse acontecimento, que nunca deixou até ao dia de hoje de gerar magníficas representações nos diversos campos da arte, continua a não encontrar-se uma teoria satisfatória do mal que esse acontecimento, enquanto tal, exprime. A título de exemplo, é tão curioso como decepcionante que as correntes existencialistas que dominaram o século passado, desde logo os seus dois maiores representantes, Heidegger e Sartre, não tenham produzido uma reflexão autónoma sobre o mal, enquanto categoria central da moral. Para

filosofias e autores que pretendiam ter uma palavra essencial sobre “a liberdade do homem em situação” ou sobre “o homem como ser-com-o-outro”, não lhes faltava matéria factual de que afinal eles próprios foram testemunhas. Mas quem atentamente percorra as suas maiores ou mais significativas obras, escritas durante ou após a guerra, como por exemplo, *Über den Humanismus*, 1946 (*Acerca do Humanismo*), no caso de Heidegger, ou *L'Être et le Néant*, 1943 (*O Ser e o Nada*) e *Critique de la Raison Dialectique*, 1960 (*Crítica da Razão Dialéctica*), no caso de Sartre, a ausência de um confronto com o tema do mal e do Holocausto, afigura-se incompreensível ao ponto de ser chocante. No texto sobre o significado do humanismo, Heidegger pretende que a verdadeira filosofia deve situar-se para além daquele, já que aquilo que é designado com esse nome é afinal ainda uma metafísica a ser ultrapassada. Por sua vez Sartre dedica-se em *O Ser e o Nada* à descrição da má fé, do sadismo ou do desejo, do ponto de vista daquilo a que ele chama uma psicanálise existencial. A sua última obra de teatro, *Les Séquestrés d'Altona* (1959) debate-se directamente com o problema do carrasco, da vítima e do silêncio no ambiente de uma família alemã, mas não se pode dizer que no seu centro esteja o Holocausto. Note-se que *Acerca do Humanismo* é uma obra publicada um ano a seguir ao fim da guerra. A verdade é que será na obediência a estas motivações filosóficas que os existencialismos, ou os seus representantes filosóficos centrais, ocultaram, mais ou menos conscientemente, o acontecimento crucial que foi o Holocausto e assim se viram impedidos de refazer um pensamento novo sobre o mal. Excepção entre os principais autores da filosofia na segunda metade do passado século é Hannah Arendt, o que deve ser valorizado sem restrições, mesmo que possa ser invocada a sua condição de judia e mesmo que, como aqui é defendido, a sua teoria assente em pressupostos errados e conduza a impasses que são temas principais deste ensaio.

Não é de todo arriscado defender que um tratado filosófico sobre o mal, enquanto categoria ética radical, será sempre inócuo, até de algum modo marginal se não partir desse acontecimento, distinguindo-o dos acontecimentos, sempre menores e derivados,

em que o mundo “civilizado” do passado século foi fértil. Neste quadro não foi pequena a impressão causada pela célebre fórmula de Hannah Arendt, a propósito do julgamento de um notável nazi, fórmula a que ela emprestou um tom dir-se-ia provocador: “a banalidade do mal”.

Em grande medida a decisão de escrever este ensaio deveu-se ao tipo de impacto que tiveram entre nós os cinquenta anos da primeira edição do *Eichmann em Jerusalém — Um relatório sobre a banalidade do mal*¹ (1963) de Hannah Arendt e o filme “Hannah Arendt”, de Margarethe von Trotta estreado, não por acaso, nesse mesmo ano (2013). O amplo interesse despertado por um tema complexo da filosofia moral, ainda por cima tratado por uma autora como Arendt, cujos textos oferecem alguma dificuldade, mesmo para filósofos, não deixou de ser surpreendente, embora deva considerar-se que é sempre uma surpresa agradável que um problema filosófico importante mobilize a atenção do público e seja debatido fora da esfera dos *soi-disant* especialistas. É verdade que, em especial, problemas e conceitos da filosofia moral pertencem, pela sua própria natureza, à esfera pública. Porém, o debate e as referências ao livro (em particular, à expressão “banalidade do mal”) e ao filme quase nunca ultrapassaram uma certa superficialidade, o que só por si não seria grave. Superficialidade não equivale necessariamente a distorção dos factos ou interpretação errónea, mas o que não raramente aconteceu foi essa famosa fórmula ter sido utilizada como uma espécie de *slogan* para aplicar aos mais diversos temas, desde o da natureza do nazismo à discussão política doméstica. Outro aspecto, esse mais importante, das posições assumidas pela grande maioria, senão pela totalidade, dos comentários foi a adesão acrítica à tese de Arendt, segundo a qual o *mal*, mesmo na sua face mais monstruosa, seria tipicamente praticada por “zês-ninguéns”, meros executores ao serviço de máquinas burocráticas totalitárias. Se tivermos em conta que a principal linha de defesa dos nazis julgados em Nuremberga,

1 A partir daqui simplesmente referido como *Eichmann*, seguido do número da página da edição referida quando se trate de citações.

assim como do próprio Eichmann, assentou justamente no argumento que os seus actos, por mais repugnantes que parecessem, não eram senão a execução de ordens superiores, então teremos de concluir que aquela tese de Arendt se aproxima perigosamente do argumento dos criminosos. Não vimos esta inquietação reflectida em qualquer comentário produzido nos nossos jornais, revistas ou televisões e, no entanto, trata-se de um problema que, desde a publicação do livro, foi objecto de intensa discussão crítica, a qual adquiriu por vezes uma feição dramática por parte do círculo de amigos da filósofa e da comunidade judaica. Precisamente um dos pontos mais perturbadores que levanta o *Eichmann* livro é o de saber até que ponto, num tópico tão decisivo, a própria Arendt terá ou não “comprado” a linha de defesa dos acusados. Podemos adiantar que não é essa a nossa interpretação, mas, como se verá, existem de facto linhas de argumentação desenvolvidas pela própria Arendt que justificam leituras desse tipo.

Dito isto, é necessário deixar claro alguns pressupostos deste livro. Desde logo, não é um conjunto de reflexões exclusivamente sobre o *Eichmann* de Arendt, embora este se possa considerar o seu estímulo inicial; toma como implícito que a complexidade do livro de Arendt apenas se esclarece por completo desde que inserido convenientemente no *background* da sua filosofia, desenvolvida nalguns textos fundamentais, a que nos vamos referir sem grandes minúcias técnicas; além disso, o tema filosófico do mal (assim como conceitos a ele associados) não pode compreender-se sem o recurso ao tratamento que dele é feito pelo filósofo que se encontra em momentos-chave na argumentação de Arendt, ou seja, sem o retorno a textos essenciais de Kant; por último, o presente livro exprime uma convicção e contém, mais do que um pressuposto, uma aposta: a singularidade da voz de Arendt ganha mais nitidez no cruzamento com outras vozes, pelo que convocaremos alguma da correspondência mantida com autores como Gershom Scholem, Martin Heidegger, Karl Jaspers ou Joachim Fest.

É deste conjunto de pressupostos que nasce uma dupla tese que afinal suporta as reflexões que se seguem. Em primeiro lugar, os crimes que Eichmann cometeu correspondem plenamente ao *mal*